

O LAZER E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SUDOESTE DO PARANÁ: uma abordagem com enfoque na multifuncionalidade da agricultura

Luciano Martignoni; Hieda Maria Pagliosa Corona

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional ; Orientadora e professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Resumo - O processo de colonização da região Sudoeste do Paraná passou por diferentes fases, com diferentes aspectos sociais, culturais e econômicos e nessas diferentes fases o lazer adquiriu características específicas. No entanto, quanto mais desenvolvido o campo se tornou, mais se afastou do lazer, ou o lazer se afastou do campo. Com a crise do processo de modernização da agricultura, o lazer reaparece como uma possibilidade de desenvolvimento rural. Desta forma este estudo busca questionar se: oferecer lazer aos outros seria um processo de superação da crise ou uma adaptação do agricultor ao processo de modernização da agricultura? O lazer, principalmente como turismo, pode incrementar a renda, mas ele realmente representa uma vida melhor para o agricultor? Oferecer-se como jardim da sociedade, ou "play ground" dos moradores urbanos, utilizando para isso o seu próprio tempo e espaço de lazer, é indicativo de desenvolvimento? Considera-se que o lazer visto apenas como um fenômeno passível de trocas econômicas, ou seja, tendo o seu tempo, espaço e atividades reduzidos a uma proposta a ser adquirida, tende mais a alienar o agricultor e adaptá-lo ao processo de modernização. Conclui-se afirmando que o lazer deve ser analisado para além dos aspectos econômicos, como um conjunto de ações lúdicas determinadas pelas qualidades ambientais do lugar, que expressem a cultura local e que levem o camponês a compreender a superação do tempo, dos espaços e dos comportamentos, específicos ao trabalho.

Palavras-Chave: Lazer; multifuncionalidade; desenvolvimento.

Abstract- The process of colonization of the Southwest of Paraná has gone through many different phases, with different social, cultural and economical aspects. In this various phases, leisure activities acquired specific characteristics. However, the more the rural area developed, the further it got from leisure activities, or leisure became distant from the rural area. Because of the crisis in the process of agricultural modernization, leisure stands out as a possibility of rural development. Therefore, this study aims to understand these following questions: Would offering leisure to others be a process of overcoming the crisis or just an adaptation of the farmer to the process of agricultural modernization? Leisure, especially as tourism, can be part of the farmer's income, but does it really represent a better quality of life to the farmer? Is the fact of having the rural area as a "play ground" for urban residents, using their own time and environment, an indicative of development? Leisure, analyzed by the perspective of a phenomenon which is passive to economical trade, i.e., having its time, space and activities reduced to a proposal to be acquired, tends to alienate the farmer and adept him to the process of modernization. Concluding, it affirms that leisure should be analyzed beyond its economical aspects, as a combination of playful actions determined by the local environmental qualities, which shows the local culture, leading the rural man to the understating of overcoming time, space and behavior, which are part of the labor.

KeyWord: Leisure; multifunctionality; development

1. INTRODUÇÃO

A crise ambiental, social e cultural do processo de modernização da agricultura na Europa, apresentou ao mundo alternativas à especialização da agricultura. Alternativas que ampliam o caráter reducionista imputado ao campo, não somente no aspecto econômico, mas relacionados ao meio ambiente, a qualidade alimentar e aos elementos culturais.

No cenário nacional e regional, essas possibilidades que em países europeus se fazem concretas, carecem de análises e reflexões, os componentes econômico, social e cultural são diversos e diferem do contexto europeu. A modernização da agricultura ainda está em curso, entrando em contraste com a agricultura familiar e de subsistência.

As várias funções que a agricultura pode apresentar nessa nova idéia de mundo rural, pode representar um redirecionamento do processo agrário no Brasil e na região sudoeste, visto que não fomos totalmente afetados pelos efeitos danosos do processo de especialização do trabalhador rural e do espaço agrícola.

A busca pelo rural, de estar próximo à natureza, ou mesmo de habitação e novos meios de vida, apontam o lazer como um fenômeno a ser fortemente considerado. No Brasil alguns estudos apontam o turismo rural, o lazer na natureza e outras formas lúdicas no meio rural como uma alternativa importante de desenvolvimento para comunidades de agricultores (CARNEIRO, 1998).

Na região Sudoeste do Paraná os estudos sobre o lazer no meio rural são incipientes e apontam para o aspecto da pouca exploração do potencial turístico, visto como uma possível prestação de serviço numa perspectiva pluriativa.

A partir do interesse pelo estudo do lazer, torna-se fundamental definir a idéia de lazer que nos move. Marcellino (1995), aponta duas grandes linhas, a que se fundamenta na variável atitude e considera o lazer como um estilo de vida e a que fundamenta o lazer como o tempo liberado do trabalho. Aponta também uma relação com o espaço, chácaras, praias, praças.

Reforça-se a idéia de atitude apontando que, dependendo das condições pessoais o que para um pode ser entendido como trabalho, para outro é lazer e ainda, a mesma atividade pode significar trabalho e lazer para uma mesma pessoa em momentos diferentes (GAELZER, 1979). Como exemplo pode-se citar a atividade de colher uvas, que pode tomar forma de trabalho e de lazer, dependendo do momento e da pessoa que realiza a tarefa. O que caracteriza o lazer não é somente um espaço definido, nem um tempo determinado, ou uma atitude imposta, mas seu caráter de livre escolha. (MARCELLINO, 1995). Outra característica fundamental do lazer é a capacidade de comunicar, pelo lazer se expressam os aspectos

sociais e culturais, vivenciados como ludicidade.

Nesse sentido o presente estudo busca contextualizar o lazer no meio rural do Sudoeste do Paraná, apontando algumas descontinuidades nas diferentes fases de colonização da região e uma ruptura determinante a partir do processo de modernização da agricultura. A fim de problematizar a questão do lazer como possibilidade de desenvolvimento para famílias de agricultores.

Num primeiro momento o estudo apresenta o processo de colonização da região sudoeste, três dos quatro fases, chamadas de frente, são apresentadas com ênfase no aspecto econômico que as diferencia. Num segundo momento apresenta-se o processo de modernização da agricultura numa relação do cenário global, nacional e regional, sendo esta a quarta fase da colonização da região sudoeste. Posteriormente o texto aborda a relação histórica entre o lazer e o rural no Sudoeste do Paraná, criando um cenário para problematizar o lazer como possibilidade de desenvolvimento a partir de uma bases teórico-metodológica pautada na multifuncionalidade da agricultura.

A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE

Inicialmente, torna-se preponderante entender como se constituíram essas comunidades de agricultores no sudoeste do Paraná, para isso temos que partir do processo de colonização da região. Essa ocupação se deu em quatro fases, com características culturais, sociais e econômicas que se interrelacionavam e que são aqui destacadas de forma distintas apenas para caráter de compreensão teórica.

O primeiro período conhecido como “frente indígena”, anterior a 1800, com um sistema agrário baseado na apropriação direta - caça, pesca, coleta (pinhão, fruta e tubérculo) – e na agricultura itinerante, (milho, feijão, abóbora e amendoim). A natureza lhes fornecia as matérias primas para fabricar armas, utensílios domésticos e as suas atividades de artesanato. (PERONDI, 2007).

A segunda fase, denominada de “frente cabocla”, se deu entre os anos de 1800 e 1957. Decorre da assimilação e miscigenação cultural indígena, iniciada pelos fazendeiros dos campos de altitude e pelos caboclos oriundos de outras regiões mais ao sul, ou ex-agregados de fazendas. A mata era adequada a sua forma de subsistência, pois não existia a propriedade privada, seu sistema de produção, herdado da tradição indígena, consistia na caça, pesca e coleta, e na agricultura de rotatividade que restabelecia a fertilidade do solo. Abriam clareiras na floresta e cultivavam o milho, consorciado ao feijão, à abóbora e à melancia. Dedicavam-se à criação de porcos e à extração da erva-mate, posteriormente vendida para a Argentina. (PERONDI, 2007).

Segundo Abramovay (1981), citado por Perondi (2007, p. 211):

O “caboclo” foi cedendo o seu lugar a uma nova sociedade. Ele foi seduzido pelo dinheiro e, dessa forma, sua terra não era mais livre. O fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma de produção econômica, mas a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas sócio-econômica, mas também étnica e cultural.

Com a chegada do colono, era mais rentável vender espaços de terra do que plantar e esperar os frutos, o caboclo entendia o dinheiro conseguido pela venda como mais um recurso que a floresta lhe proporcionava. Essa transição marca a passagem para a terceira fase da colonização da região sudoeste do Paraná. Feita por migrantes oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que reproduziram localmente seu aparato técnico-produtivo e seus costumes e hábitos sociais.

Surge o sistema agrário de colonos entre 1957 e 1970. Inicialmente, as lavouras eram utilizadas basicamente para a subsistência, como a mandioca e a batata doce, vendiam apenas o milho, o feijão e o porco. A fertilidade do solo era garantida pela rotatividade das terras. Gradativamente o gado substitui o trabalho humano no manejo do solo, os curtos períodos de descanso levaram ao esgotamento do solo e à necessidade de se ampliar a área cultivável, aliado à cultura gaúcha de não combinar a lavoura com a criação de gado. Mais tarde nos anos 70, quando o sistema de rotação de terras apresentou esgotamento, apareceu a soja na região, apoiada pelo crédito, insumos e mecanização, desencadeando a chamada revolução verde na região (PERONDI, 2007).

Essa quarta fase do processo de colonização regional, relacionada ao processo global de modernização da agricultura, será analisada no tópico seguinte deste estudo.

O PROCESSO GLOBAL DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A REGIÃO SUDOESTE

A modernidade no seu processo de comercialização, industrialização e racionalização, gerou profundas mudanças sociais, alterando hábitos, costumes e estilo de vida. Com seu caráter descontínuo alterou significativamente o modo de produção. Esse processo deslocou a base produtiva para centros urbanos, alterando significativamente o espaço e o modo de vida rural. Segundo Jollivet, (2001, p.342), citado por Zanoni, (2004, p. 103),

“o mundo rural e o espaço rural são constantemente modelados e remodelados pelas grandes mudanças que se operam na sociedade [...]”.

Essas mudanças na sociedade contemporânea levaram a transformação do meio rural, possibilitando uma diversidade de atividades, para além da tradicional produção agrícola. Novas funções no campo, envolvendo a família do agricultor com o poder público e com instituições privadas, surgem como possibilidade de superação da crise gerada pelo processo de modernização da agricultura. Para uma melhor compreensão do rural contemporâneo torna-se necessário um breve resgate do processo de modernização da agricultura.

O período após a segunda guerra mundial marca a ênfase desse processo. Na Europa vários países adotaram, para a agricultura, uma política que objetivava a auto-suficiência alimentar, a exportação dos produtos agrícolas e a importação de equipamentos e insumos industriais. A França, por exemplo, tornou-se neste período a segunda potência mundial e a primeira potência europeia exportadora de alimentos. (ZANONI, 2004).

Tal processo implicou numa intensiva modernização do aparelho produtivo pautada na mecanização, no uso de insumos agrícolas industrializados e de sementes selecionadas. Essa aventura do progresso levou à industrialização da agricultura, tendo como consequência direta, o surgimento de dois tipos de agricultura, a grande cultura de cereais e a pequena agricultura diversificada, associada à pecuária, em processo de crise (TEIXEIRA, 2005).

O processo global de modernização da agricultura, que se difundiu a partir da Europa foi adotado no Brasil e a partir década de 1970 produziu uma alteração significativa no meio rural da região sudoeste do Paraná. Perondi (2007, p.215) descreve assim a fase que chama de sistema agrário atual:

Fruto da revolução verde, ocorreu, na região, a diferenciação agrária em três sistemas, segundo restrições ambientais e sócio econômicas: (1) agricultores de terras planas (também conhecidos como granjeiros) são aqueles que estão melhor equipados e possuem as melhores condições para cultivar a soja, o milho e o feijão de forma especializada e moto-mecanizada; (2) os agricultores de encosta, que possuem uma estratégia de produção na “policultura- criação” baseados numa mecanização com tração animal e; (3) agricultores em terras mistas, também se estruturam na “policultura-criação”, entretanto conseguem acessar a tecnologia moderna através do associativismo ou da terceirização e cultivar seus pequenos platôs com a cultura da soja e o milho. Esses são os que possuem maior crescimento na produção leiteira, seja pela capacidade de investimento ou maior disponibilidade de pasto no inverno.

O êxodo rural acentua-se, modificam-se as relações sociais, até então de parentesco e vizinhança. Mesmo nas famílias que permanecem no campo, os filhos são encaminhados para a cidade em busca de

estudo e trabalho com melhores condições, os agricultores não querem para os seus filhos a vida rural.

A disseminação desse modelo na agricultura gera conseqüências econômicas, sociais e ambientais. A necessidade de importantes investimentos de capitais no campo acentuou as desigualdades entre agricultores, acelerando a concentração de estabelecimentos e a redução dos pequenos agricultores, já que estes não tinham condições de sobreviver a este seletivo processo.

Para Zanoni, (2004, p.106):

Diante desse mundo rural marcado pela exclusão de uma grande parte de sua população, pela redução do número de estabelecimentos agrícolas familiares, pela concentração fundiária e de crédito, pelo envelhecimento de seus habitantes, pela perda de seus jovens, pela pobreza rural, surge a questão ambiental, que se sobrepõe à questão da modernização da agricultura.

Apesar de a modernização ter trazido no seu bojo uma proposta homogeneizadora de progresso, o quadro que se estabeleceu no campo, apresentou um caráter heterogêneo, culturas mecanizadas, pautadas em monoculturas, visando excedentes exportáveis se relacionam com culturas rudimentares baseadas em multiculturas e agricultura de subsistência. Gerando gradativamente no decorrer dos anos uma marginalização do pequeno agricultor e o êxodo rural.

Para além do impacto sobre os aspectos econômicos, as conseqüências da modernização da agricultura, alteraram o modo de vida da região nos seus aspectos sociais, culturais e ambientais. O urbano, visto como moderno, desenvolvido, o rural definido como retrógrado e atrasado. Na cidade, a vida melhor, com maiores opções de trabalho, de renda, de educação e de lazer.

A partir da década de 1990 as ciências sociais especializadas passam a apontar o rural como potencial espaço para reformas societárias e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade. Em diversos países foram registrados processos de recomposição do rural, demonstrados pelo crescimento demográfico, diversificação ocupacional e, principalmente, organização de movimentos sociais de base rural com uma forte crítica às políticas gestadas conforme o modelo de modernização da agricultura (FERREIRA 2002)

Desenvolve-se assim uma crescente conscientização a respeito da degradação ambiental provocada pela agricultura intensiva. Primeiramente na Europa e posteriormente no cenário nacional aumentam as pressões para revisões na política agrícola, mudanças que apontem para a valorização de produtos de qualidade, a conservação dos

espaços e a utilização sustentável dos recursos naturais (ZANONI, 2004).

Os métodos produtivos consagrados pela Revolução Verde não são adequados para lidar com a necessidade urgente de preservar e regenerar alguns dos mais importantes ecossistemas do planeta. Ao contrário, eles ameaçam a biodiversidade e apóiam-se sobre insumos cuja oferta vai-se tornando escassa. (ABRAMOVAY, 2008).

Pesquisas em países desenvolvidos apontam a contribuição da cultura do agricultor familiar na formulação de respostas à crise do modelo produtivista. Ao chamar a atenção para a integração desses sistemas culturais em um país avançado, esses estudos têm o mérito de alertar para a possibilidade de contribuição para a reorientação dos caminhos da modernização e das análises sobre os seus efeitos em um país que ainda não concluiu seu processo de modernização e de industrialização. (CARNEIRO, 1998).

Percebe-se que, enquanto no cenário europeu o processo de modernização da agricultura atingiu o apogeu e entrou em crise, contando nesse momento com alternativas consolidadas de respostas a essa crise, no Sudoeste do Paraná vivemos um processo de expansão da agricultura modernizada, visando equacionar a questão da produção alimentar nacional, em choque com uma cultura de agricultura familiar ou de subsistência pautada na pluriatividade.

Uma reorientação dos caminhos baseada na experiência européia não pode ser adotada automaticamente. Dentro dessa perspectiva uma abordagem do rural regional a partir da multifuncionalidade da agricultura permite analisar as peculiaridades do local e suas outras contribuições para além da produção de bens privados, ao mesmo tempo em que repercute criticamente as formas predominantemente assumidas pela produção agrícola, por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera (CARNEIRO E MALUF, 2003).

O lazer como um fenômeno que compõe o universo social do mundo rural, diante do enfoque das múltiplas funções agrícolas, ganha um espaço de análise até então pouco explorado. Ganha destaque nesse cenário, possibilidades de oferecer lazer aos urbanos no meio rural, o agroturismo, ou turismo rural. No entanto, seria esta a única forma de desenvolvimento a partir do lazer no sudoeste do Paraná?

Cabe, então, uma análise do lazer na região, visando levantar a possibilidade de desenvolvimento sustentável pelo viés do lazer. Parte de uma perspectiva histórica da relação entre o lazer e o meio rural regional para levantar questões que encaminhem reflexões sobre o papel do lazer para a melhoria do modo de vida das famílias de

agricultores.

O LAZER E O RURAL NO SUDOESTE DO PARANÁ

Ao destacar o processo de colonização do sudoeste do Paraná no início deste estudo, percebe-se uma ênfase aos processos produtivos. No entanto, essas diferentes culturas, nas diferentes fases da colonização do sudoeste, certamente apresentavam seus aspectos relacionados ao lúdico. Nos relatos bibliográficos encontram-se algumas referências aos aspectos relacionados ao lazer no período da frente indígena e da frente dos caboclos. Já na frente dos colonos alguns aspectos do lazer se tornam mais visíveis.

Segundo Voltolini (2005), a grande transformação regional acontece com a chegada dos colonizadores, na sua maioria oriundos da região sul do país, dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que trouxeram para a região seus métodos de cultivar a terra e, principalmente, seus costumes de vida social e econômica. Nasceram assim as comunidades rurais e se tornaram distintos os ambientes rural e o urbano. No aspecto econômico ampliou-se a pecuária e diversificou-se a agricultura com destaque para o milho e o feijão.

Nesse cenário sócio-cultural surge a comunidade e nesse espaço comunitário as manifestações do lazer são edificadas, conforme Voltolini (2005, p.198):

Nasceram as comunidades rurais em torno da capelinha que, com o passar do tempo e o progresso financeiro do colono gringo, foi melhorando o aspecto e recebendo, anexas, outras benfeitorias, como escola, pavilhão de festas, cancha de bocha, campos para jogos com bola... tudo à maneira da terra de origem.

Observa-se aqui um marco cultural teórico relativo ao lazer. Sabe-se que a cultura indígena e por miscigenação a cultura cabocla, não apresentavam um lazer tão definido com relação às atividades, espaço e tempo a ele destinados. A relação trabalho e lazer era estreita. O mesmo espaço destinado ao trabalho e a produção, também era destinado ao lazer, (mata, rios, etc). As atividades destinadas à produção em muito se confundiam com o lazer, (caça, pesca, celebrações). Com relação ao tempo, não existia uma diferença marcante entre o tempo de trabalhar e o tempo de brincar.

A cultura dos colonos trás uma noção de lazer oriunda da modernidade, com espaço, tempo e comportamentos definidos e gera uma ruptura com a cultura local. No entanto, não se trata de uma ruptura linear, estanque, mas sim de uma descontinuidade, onde essa cultura também é permeada pelo local e absorve muito do que localmente se fazia em termos de lazer.

Apesar de um ideal de vida pautado no trabalho,

basicamente manual, pesado e intenso, na cultura colona, nesse momento histórico, os espaços de lazer e de trabalho ainda se relacionavam, mesmo com o surgimento do local específico para o lazer, junto à capela, os espaços destinados ao trabalho ainda eram muito utilizados para o lazer, como passeios a cavalo, ou as próprias carreiras de cavalo, pescarias, caçadas, banhos de rio, entre outros.

O tempo de lazer e o tempo de trabalho ainda se interrelacionavam, mesmo sendo o tempo destinado ao trabalho mais importante, o agricultor cumpria tarefas e não horas de trabalho, lhe sendo possível dedicar uma tarde chuvosa, por exemplo, ao jogo da bocha, ou do baralho, ou ainda, terminada a tarefa, dedicar parte da manhã a uma pescaria.

Com a pressão exercida pelo processo de modernização da agricultura essa ruptura se acentuou, a atitude do agricultor, já voltada culturalmente ao trabalho e à produtividade foi cooptada pelo ideal desenvolvimentista desse processo. O campo passa a ser visto apenas como espaço da especialização do produtor agrícola. Separou-se drasticamente lazer e trabalho e opôs-se um ao outro.

O rural, que proporcionara trabalho, lazer, espiritualidade, enfim identidade cultural sucumbe ao ideal de modernização, o sujeito perde autonomia. Os espaços são destinados à produção agrícola, inclusive as margens dos rios, as matas e a própria cancha de bocha. O tempo não mais pertence ao agricultor, visto que a produção exige que a colheita seja feita, mesmo em dias e horários de não trabalho. A sabedoria repassada culturalmente não mais interessa, pois o conhecimento técnico e a tecnologia superaram-na.

Não se pretende aqui desqualificar o potencial produtivo da agricultura e sua importante função social. Mas sim enfatizar o caráter reducionista do papel imputado ao rural, destinado a monoculturas com potencial exportável, produzidas a partir de um aparato tecnológico e financeiro que muitos não tiveram acesso.

Resistentes a essa lógica modernizadora, no sudoeste do Paraná, famílias de agricultores permanecem no campo apoiando-se na pluriatividade. Porém o caráter econômico é insuficiente para justificar esta permanência, os laços sociais e culturais desempenham importante papel na manutenção das comunidades rurais. A noção de multifuncionalidade da agricultura nos ajuda a compreender essa realidade.

Segundo Carneiro e Maluf (2003, p. 21):

A noção de multifuncionalidade é, aqui, tomada como um novo "olhar" sobre a agricultura familiar que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. Isso implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus

componentes econômicos, como também incorporar à análise a provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural.

Segundo Carneiro (1998), no Brasil, estudos apontam para dois conjuntos de fenômenos que nos ajudam a pensar a ruralidade hoje. Em primeiro lugar o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola, num movimento que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Em segundo lugar a procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo. Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo, que passa a ser reconhecida como espaço de lazer, ou mesmo como possibilidade de residência.

Destaca-se desta forma, segundo a autora acima, o lazer no meio rural como possibilidade de superação da crise da agricultura. Aparece aqui uma contradição, o lazer, um dos motivos que atraíram o campesino aos centros urbanos no processo de modernização da agricultura, aparece agora como atrativo para a vida no campo.

Isso nos leva a questionar: o lazer visto apenas como um fenômeno passível de trocas econômicas não seria apenas uma adaptação do agricultor ao processo de modernização da agricultura? O lazer, principalmente na forma de turismo, pode incrementar a renda, mas ele realmente representa uma vida melhor para o agricultor? Oferecer-se como jardim da sociedade, ou "play ground" dos moradores urbanos, utilizando para isso o seu próprio tempo e espaço de lazer, é indicativo de desenvolvimento?

Não se trata de descartar a possibilidade do lazer no meio rural como potencial produtivo, mas de realizar uma reflexão sobre o lazer, apontando-o como necessidade básica para a vida, como expressão e valorização da cultura, e como espaço comunitário e político, muito além do que simplesmente um meio de produção.

Dentro dessa noção de multifuncionalidade da agricultura, qual o papel do lazer para a melhoria do modo de vida em famílias de agricultores no sudoeste do Paraná?

O enfoque da multifuncionalidade centrou-se na observação e análise das seguintes dimensões ou funções da agricultura familiar: reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CARNEIRO E MALUF, 2003). Dessa forma a análise do espaço, do tempo e do

comportamento relativos ao lazer deve perpassar essas dimensões ou funções, a fim de posicionar o lazer com possibilidade de desenvolvimento sustentável para o rural sudoestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito inicial deste estudo foi de contextualizar o lazer no rural da região Sudoeste do Paraná, a fim de levantar questionamentos que pudessem orientar o projeto de pesquisa do programa de mestrado PPGDR da UTFPR campus de Pato Branco. Por tanto, não apresentaremos, como conclusão, respostas definitivas sobre o papel do lazer no desenvolvimento de famílias de agricultores.

Como vimos o lazer se constituiu em importante fenômeno para pensar a ruralidade hoje. A busca por um modo de vida mais saudável, próximo da natureza tem atraído muitas pessoas ao campo e alterando a configuração do rural.

Dessa forma, com base nas dimensões ou funções da agricultura familiar segundo a noção de multifuncionalidade, apontamos algumas questões que devem nortear um trabalho de pesquisa sobre o papel do lazer no processo de desenvolvimento em famílias de pequenos agricultores no Sudoeste do Paraná, implicando em melhora no modo de vida:

- a) As atividades com o lazer podem trazer renda suficiente para melhorar as condições de permanência no campo e a manutenção do jovem no campo?
- b) O tempo destinado a estas atividades não acarretará uma sobrecarga de trabalho, piorando as condições de vida do agricultor?
- c) Atividades de lazer podem atuar como canais de comercialização de produtos com uma qualidade superior e valor agregado, como produtos orgânicos e artesanais?
- d) As atividades de lazer ofertadas expressam a cultura local e se identificam com a comunidade promovendo integração social?
- e) As atividades de lazer utilizam adequadamente os recursos naturais respeitam a paisagem e preservam a biodiversidade, ou os aspectos econômicos prevalecem sobre o ambiental?

Assim a título de considerações finais, tendo a multifuncionalidade da agricultura como base teórico-metodológica queremos destacar que considerar o lazer apenas como um fenômeno passível de trocas econômicas, ou seja, tendo o seu tempo, espaço e atividades reduzidos a uma proposta a ser adquirida, tende mais a alienar o agricultor e adaptá-lo ao processo de modernização.

Que o lazer deve ser analisado para além dos aspectos econômicos, como um conjunto de ações lúdicas determinadas pelas qualidades ambientais do lugar, que expressem a cultura local e que levem o campesino a compreender a superação do tempo,

dos espaços e dos comportamentos, específicos ao trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11), p. 2704-2709, nov, 2008.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARNEIRO, Maria J; MALUF, Renato S. Introdução. In: _____. (Orgs.). Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FERREIRA, Angela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, p. 28-46, out. 2002.

GÄELZER, Lenea. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina, 1979.

MARCELLINO, Nelson C. Lazer e Humanização. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, Nelson C. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: _____. (Org.). Lazer: formação e atuação profissional. Campinas: Papyrus, 1995.

PERONDI, Miguel A. Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

VOLTOLINI, Sittilo. Retorno. 2. Ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 10, p. 101-110, jul./dez. 2004.